

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.378.827 - RS  
(2018/0264006-3)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : MARCUSSO E VISINTIN ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**ADVOGADO : SUZANA CREMM E OUTRO(S) - SP262474**  
**EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL**  
**INTERES. : ROBERTO VIDAL HENDRIKX**  
**ADVOGADOS : JOSE ELI SALAMACHA - PR010244**  
**MARIA LUIZA BELLO DEUD E OUTRO(S) - PR044114**  
**RICIERI GABRIEL CALIXTO - PR051285**

**DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos pela sociedade de advogados MARCUSSO E VISINTIN ADVOGADOS ASSOCIADOS, em 06/11/2018, à decisão de minha lavra, publicada em 30/10/2018, na qual conheci do Agravo em Recurso Especial em epígrafe, para não conhecer do Recurso Especial, sendo que ambos os recursos, o Recurso Especial e o correspondente Agravo, foram interpostos por ROBERTO VIDAL HENDRIKX, que figura, na origem, como autor desta Ação Declaratória c/c Repetição de Indébito. Por equívoco na autuação do feito, no âmbito do STJ, constou do cabeçalho da aludida decisão, como parte agravante, também a mencionada sociedade de advogados, ora embargante.

Nos Embargos de Declaração, a sociedade de advogados embargante sustenta que, "da análise da r. decisão proferida observa-se que houve erro material no tocante a parte de seu relatório, onde constou, indevidamente, a ora embargante – MARCUSSO E VISINTIN ADVOGADOS ASSOCIADOS, como parte agravante, quando em realidade esta figurou nos autos originários como terceira interessada apenas para fins de solicitação e expedição de certidão de objeto e pé, vício este que deverá ser revisto por esta d. Magistrada, com a correção da r. decisão proferida, bem como para determinar a exclusão do nome da ora embargante do polo ativo destes autos".

Assim, "requer que os presentes Embargos de Declaração opostos sejam recebidos e acolhidos, sanando o erro material apontado, bem como para que seja determinada a exclusão do nome da ora embargante – MARCUSSO E VISINTIN ADVOGADOS ASSOCIADOS do polo ativo destes autos, nos termos da fundamentação supra, por ser medida de Justiça".

Por petição protocolada nesta Corte, o autor da ação assim se manifestou acerca dos Embargos de Declaração opostos: "Conforme se denota das fls. 471 e-STJ, o escritório de advocacia Marcusso e Visintin Advogados Associados peticionou nos autos apenas como terceiro interessado visando obter certidão de objeto e pé da presente demanda. Portanto, não pode, realmente, fazer parte seja como Agravante seja como Agravado, tal como consta, equivocadamente, na distribuição do feito (...) Desse modo, o

ora agravante não se opõe o pedido constante nos Embargos de Declaração opostos por Marcusso e Visintin Advogados Associados, para que seja determinada a exclusão do seu nome no polo ativo destes autos".

Assiste razão à sociedade de advogados MARCUSSO E VISINTIN ADVOGADOS ASSOCIADOS, ora embargante.

Nos termos do art. 1.022, III, do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para corrigir erro material. De acordo, ainda, com o art. 494, I, do mesmo diploma legal, aplicável também no âmbito dos tribunais, publicada a decisão, o juiz poderá alterá-la para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais.

Na decisão embargada, efetivamente houve a apontada inexatidão material, eis que nela foi erroneamente indicada, como parte agravante, também a sociedade de advogados MARCUSSO E VISINTIN ADVOGADOS ASSOCIADOS, quando, na realidade, tal escritório de advocacia havia peticionado nos autos, a fls. 471/472e, apenas para fins de solicitação de certidão de objeto e pé.

Ante o exposto, com fundamento no § 1º do art. 264 do Regimento Interno do STJ, acolho os Embargos de Declaração, sem efeitos infringentes, apenas para esclarecer que figura no processo, como parte agravante, ROBERTO VIDAL HENDRIKX, e para determinar a correção na autuação do feito.

I.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES**  
Relatora